

Usina Santo  
Antônio S.A.

**Demonstrações financeiras em 31  
de março de 2023 e 2022**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>5</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>13</b>
<b>Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras</b>	<b>14</b>

## **Relatório da Administração**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração da Usina Santo Antônio S.A., submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras que compreendem o balanço patrimonial e as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Usina Santo Antônio S.A., relativos ao exercício findo em 31 de março de 2023, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

### **Contexto Macroeconômico**

O exercício findo em 31 de março de 2023 foi caracterizado por um período de estabilidade do PIB e alterações moderadas na variação cambial. Tivemos ainda que conviver no exercício encerrado em 2023 com um aumento na taxa de juros, moderado aumento ao crédito, porém em um ambiente de grandes incertezas em relação a perspectivas econômicas, especialmente com a manutenção da guerra entre Rússia e Ucrânia e as eleições presidenciais.

### **Contexto da Sociedade**

Todo o setor sucroenergético tem sido afetado, nos últimos anos, por impactos climáticos, aumento no preço dos insumos agrícolas e industriais.

Neste exercício tivemos uma redução de 7,77% na moagem de cana-de-açúcar e conseqüentemente redução de 9,97% na produção industrial, em relação ao exercício anterior. Porém, em contrapartida, tivemos um expressivo aumento no preço do açúcar e redução no preço do etanol, condições estas que se traduziram em um resultado consistente e de manutenção em relação ao exercício anterior, gerando valor para os acionistas da Usina Santo Antônio S/A.

Em relação aos outros negócios, a estratégia de diversificação e agregação de valor contribuiu para o resultado apresentado. Apesar do ambiente econômico desafiador, podemos destacar a produção e comercialização de energia elétrica e levedura destinada a ração animal, que contribuíram para o resultado da estratégia de diversificação.

Continuamos ainda com os projetos de desenvolvimento imobiliário, e em relação aos Projetos Jardim Veneto e Vila Sicília, ambos no Município de Sertãozinho-SP, já foram comercializados mais 95% dos lotes existentes. Estamos ainda avaliando outras oportunidades e estudos de novos projetos na região.

Outra informação relevante é que durante a safra 22/23, mantivemos a comercialização dos certificados de descarbonização (CBIOS), através da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, registrando o valor negociado como receita líquida.

Em relação a política de distribuição de dividendos e investimentos da Companhia e suas coligadas, todas as decisões são deliberadas em assembleias de acionistas após apresentação dos planos de investimentos e posição patrimonial e financeira.

Importante destacar que mantivemos todos nossos programas de treinamento e desenvolvimento dos nossos colaboradores, tanto de cunho técnico como comportamental, além de manter nossa política de doações a entidades beneficentes e culturais da região.

Nosso histórico de cumprimento de acordos (mesmo em momentos de crise) e nossa transparência nas relações, aliados à forte gestão da carteira, com contínuo monitoramento financeiro, tem possibilitado a Usina Santo Antônio S/A acessar linhas de crédito junto as maiores instituições financeiras do país, as quais vêm mantendo posições e operações importantes e de longo prazo, com taxas de juros competitivos em relação às praticadas no mercado, aliados à redução do endividamento líquido

Embora as projeções mundiais de produção de matéria prima e de produtos acabados para a safra 23/24 sejam de pequena recuperação, estamos confiantes na manutenção dos preços dos nossos produtos e na eficiência da nossa capacidade de gestão operacional para esta nova safra.

Enfim, é com este espírito de buscar continuamente melhorias e com uma visão de longo prazo, que superamos os vários desafios encontrados na safra 22/23 e acreditamos estar melhor preparados para enfrentar as futuras safras mesmo no atual contexto econômico e mercadológico.

Aproveitamos para agradecer aos fornecedores pela confiança; aos clientes pela preferência; aos colaboradores pelo empenho, dedicação e talento; e às instituições financeiras e aos acionistas pelo apoio e confiança.

Sertãozinho, 29 de junho de 2023.

Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Avenida Presidente Vargas, 2.121  
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América  
Edifício Times Square Business  
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Telefone +55 (16) 3323-6650  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da**

**Usina Santo Antônio S.A.**

Sertãozinho – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Santo Antônio S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Santo Antônio S.A. em 31 de março de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Mensuração do valor justo do ativo biológico

Ver notas explicativas n.ºs. 3.6, 4 (i) e 10 das demonstrações financeiras

Principal assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia mensura o seu ativo biológico de cana-de-açúcar ao valor justo menos despesas com vendas.</p> <p>Essa mensuração requer julgamento crítico na determinação das diversas premissas adotadas pela Companhia, principalmente relacionadas a área total estimada de colheita, produtividade estimada desses canaviais (toneladas de cana-de-açúcar por hectares), a quantidade de açúcar total recuperável - ATR por tonelada de cana-de-açúcar, aos preços futuros estimados do ATR, aos custos necessários para os tratos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e a taxa de desconto.</p> <p>Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido ao grau de julgamento na determinação das premissas utilizadas na mensuração do valor justo e ao impacto que eventuais mudanças nessas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>– Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, incluindo produtividade estimada desses canaviais, a quantidade de açúcar total recuperável - ATR por tonelada de cana-de-açúcar, aos preços futuros estimados do ATR, aos custos necessários para os tratos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e a taxa de desconto e comparação das principais premissas com informações históricas disponíveis, bem como, análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas;</li><li>– Recálculo matemático do valor presente determinado com base nos fluxos de caixa projetados e descontados; e</li><li>– Avaliação também se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes, em relação às premissas utilizadas na mensuração do ativo biológico.</li></ul> <p>Com base nos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que a mensuração do valor justo do ativo biológico, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de março de 2023.</p>

## Outros assuntos

### Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais em 31 de março de 2022 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 30 de junho de 2022, sem modificação.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou,

de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

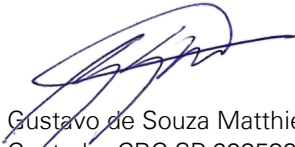
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 29 de junho de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Gustavo de Souza Matthiesen  
Contador CRC SP-293539/O-8



## Usina Santo Antônio S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/03/2023	31/03/2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/03/2023	31/03/2022
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	248.116	209.866	Fornecedores	19	37.268	28.416
Contas a receber - Clientes	7	19.293	20.247	Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	29.327	61.602
Contas a receber - Cooperativa	8	57.682	52.588	Passivos de arrendamento	21	1.712	1.712
Estoques	9	12.256	13.310	Instrumentos financeiros derivativos	25	161	1.533
Ativo biológico	10	72.789	76.671	Impostos e contribuições a recolher	22	3.929	4.371
Adiantamentos a fornecedores	11	45.671	42.040	Imposto de renda e contribuição social a recolher		2.024	3.627
Instrumentos financeiros derivativos	25	4.931	793	Salários e contribuições sociais		16.963	16.248
Impostos a recuperar	12	25.920	22.877	Demais passivos	23	9.338	8.402
Demais ativos	13	2.058	3.737				
		<u>488.716</u>	<u>442.129</u>			<u>100.722</u>	<u>125.911</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Empréstimos, financiamentos e debêntures</b>			
Contas a receber - Cooperativa	8	31.511	24.916	Financiamentos Cooperativa	20	147.694	167.131
Impostos a recuperar	12	9.873	26.304	Passivos de arrendamento	21	2.018	3.548
Depósitos judiciais	14	94.488	65.518	Impostos e contribuições a recolher	22	237	237
Demais ativos	13	34.012	31.791	Demais passivos	23	56.114	54.020
		<u>169.884</u>	<u>148.529</u>	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	73.053	64.306
<b>Investimentos</b>				Provisão para contingências	24	89.338	60.443
<b>Imobilizado</b>	17	371.855	303.953			<u>398.754</u>	<u>380.038</u>
<b>Intangível</b>	18	374.406	339.569	<b>Total do passivo</b>		<u>499.476</u>	<u>505.949</u>
<b>Direito de uso</b>	21	405	89	<b>Patrimônio líquido</b>	27		
		<u>3.528</u>	<u>5.561</u>	Capital social		618.109	493.298
		<u>920.078</u>	<u>797.701</u>	Ações em tesouraria		(56.185)	(56.185)
<b>Total do ativo</b>		<u>1.408.794</u>	<u>1.239.829</u>	Reserva de lucros para aquisição de ações		122.355	68.065
				Reserva legal		47.458	38.806
				Reserva reflexa de investida		14.050	-
				Lucros a deliberar		163.531	189.896
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>909.318</u>	<u>733.880</u>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>1.408.794</u>	<u>1.239.829</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Usina Santo Antônio S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2023	31/03/2022
Receitas	28	825.733	814.314
Custos dos produtos vendidos	29	(689.879)	(713.620)
Valor justo do ativo biológico	10	<u>20.484</u>	<u>29.231</u>
<b>Lucro bruto</b>		156.338	129.925
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Vendas	30	(21.792)	(13.790)
Administrativas e gerais	30	(39.361)	(34.533)
Outras receitas operacionais, líquidas	31	81.601	104.873
Resultado da equivalência patrimonial em controladas	17	<u>56.054</u>	<u>90.870</u>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos</b>		232.840	277.345
Receitas financeiras		31.129	11.126
Despesas financeiras		(33.255)	(44.280)
Variação cambial, líquida		<u>(462)</u>	<u>3.530</u>
<b>Despesas financeiras e cambiais, líquidas</b>	32	<u>(2.588)</u>	<u>(29.624)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		230.252	247.721
Imposto de renda e contribuição social correntes		(48.457)	(34.271)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	<u>(8.747)</u>	<u>(12.502)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>173.048</u>	<u>200.948</u>
Quantidade de ações - em milhares		<u>2.070</u>	<u>2.070</u>
<b>Lucro básico e diluído por ação - R\$</b>		<u>83,60</u>	<u>97,08</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Usina Santo Antônio S.A.

### Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

*(Em milhares de Reais)*

	31/03/2023	31/03/2022
Lucro líquido do exercício	173.048	200.948
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b><u>173.048</u></b>	<b><u>200.948</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Usina Santo Antônio S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de lucros para aquisições de ações	Reserva legal	Reserva reflexa de investida	Lucros a deliberar	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de março de 2021</b>	378.257	(18.904)	33.748	28.759	-	156.756	-	578.616
Aumento de capital social (Nota 27)	115.041	-	-	-	-	(115.041)	-	-
Distribuição de dividendos (Nota 27)	-	-	-	-	-	(7.398)	-	(7.398)
Reserva para aquisição de ações de acionistas (Nota 27c)	-	-	34.317	-	-	(34.317)	-	-
Aquisição de ações de acionistas (Nota 23)	-	(37.281)	-	-	-	-	-	(37.281)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	200.948	200.948
Destinações:								
Reserva legal (Nota 27)	-	-	-	10.047	-	-	(10.047)	-
Dividendos obrigatórios (Nota 27)	-	-	-	-	-	-	(1.005)	(1.005)
A deliberar em Assembleia Geral	-	-	-	-	-	189.896	(189.896)	-
<b>Saldos em 31 de março de 2022</b>	<u>493.298</u>	<u>(56.185)</u>	<u>68.065</u>	<u>38.806</u>	<u>-</u>	<u>189.896</u>	<u>-</u>	<u>733.880</u>
Aumento de capital social (Nota 27)	124.811	-	-	-	-	(124.811)	-	-
Distribuição de dividendos (Nota 27)	-	-	-	-	-	(10.795)	-	(10.795)
Reserva para aquisição de ações de acionistas (Nota 27c)	-	-	54.290	-	-	(54.290)	-	-
Reserva reflexa de investida	-	-	-	-	14.050	-	-	14.050
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	173.048	173.048
Destinações:								
Reserva legal (Nota 27)	-	-	-	8.652	-	-	(8.652)	-
Dividendos obrigatórios (Nota 27)	-	-	-	-	-	-	(865)	(865)
A deliberar em Assembleia Geral	-	-	-	-	-	163.531	(163.531)	-
<b>Saldos em 31 de março de 2023</b>	<u>618.109</u>	<u>(56.185)</u>	<u>122.355</u>	<u>47.458</u>	<u>14.050</u>	<u>163.531</u>	<u>-</u>	<u>909.318</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Usina Santo Antônio S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2023	31/03/2022
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		230.252	247.721
<b>Ajustes para:</b>			
Depreciação e amortização		106.510	85.994
Resultado na baixa de ativo imobilizado	31	(592)	(210)
Resultado da equivalência patrimonial	17	(56.054)	(90.870)
Mensuração no valor justo de ativos biológicos	10	(20.484)	(29.231)
Diminuição do ativo biológico devido a colheita de cana-de-açúcar	10	76.671	91.298
Juros e variações cambiais provisionados	16	29.860	26.676
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	32	(844)	7.250
Constituição de provisão para contingências	24	28.895	19.411
Depreciação direito de uso de arrendamento	21	1.661	1.045
Receita de dividendos mensurados ao custo	31	(141)	(11.268)
Ganho por variação patrimonial de investida	31	(25.716)	(44.612)
<b>Variação de ativos e passivos</b>			
Contas a receber		(10.735)	51.691
Estoques		(3.804)	(10.831)
Impostos a recuperar		24.358	4.167
Adiantamentos a fornecedores		(3.631)	(864)
Demais ativos		(2.789)	(740)
Depósitos judiciais		(28.970)	(19.586)
Instrumentos financeiros derivativos		(4.880)	3.644
Fornecedores		8.852	(12.380)
Impostos e contribuições a recolher		(22.615)	(15.879)
Salários e contribuições sociais		715	1.341
Demais passivos		(37)	(2.738)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>326.481</b>	<b>301.029</b>
Juros pagos ou recebidos	16	(23.123)	(19.432)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(24.594)	(23.017)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>278.765</b>	<b>258.580</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de ativos biológicos	10	(52.305)	(47.440)
Aquisição de investimentos		(12.300)	(1.425)
Aquisição de intangível		(342)	(411)
Aquisição de ativo imobilizado	18	(141.331)	(133.272)
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	31	603	661
Recebimentos de dividendos		33.415	7.933
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(172.260)</b>	<b>(173.954)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Pagamento de passivo de arrendamento	16	(1.358)	(1.344)
Empréstimos e financiamentos bancários tomados	16	1.000	139.292
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	16	(53.281)	(105.647)
Pagamento de dividendos		(11.672)	(7.235)
Pagamento de ações de acionistas	16	(2.943)	(8.271)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos</b>		<b>(68.254)</b>	<b>16.795</b>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>38.250</b>	<b>101.420</b>
<b>Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do exercício		209.866	108.446
No fim do exercício	6	248.116	209.866
		<u>38.250</u>	<u>101.420</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

#### **1.1 A Companhia**

A Usina Santo Antônio S.A. (“Companhia”), com sede na Fazenda Santo Antônio, zona rural, cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo, Caixa Postal 536, tem como atividades as operações a seguir:

A Companhia é cooperada da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de açúcar e etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, no mercado interno e externo, é rateado para cada cooperado, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986.

A Companhia atua na produção de levedura para comercialização, substancialmente no mercado externo e de energia elétrica no mercado interno.

Aproximadamente 45% da cana-de-açúcar processada e/ou comercializada pela Companhia é própria sendo cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola.

A Companhia produz ainda cana-de-açúcar orgânica, sendo parte utilizada na fabricação própria de açúcar e etanol, e parcela substancial é comercializada para a parte relacionada Usina São Francisco S.A. para produção de açúcar e etanol orgânicos.

#### **1.2 Investidas**

##### ***Usina Uberaba S.A.***

A Companhia, com sede na Fazenda Uberaba, Rodovia Municipal 304, Km 2,5, cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, tem como atividade a fabricação de etanol.

A Companhia é cooperada da Cooperativa, cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, no mercado interno e externo, é rateado para cada cooperado em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986.

##### ***Agropecuária Iracema Ltda.***

Tem como principal atividade a exploração da atividade agrícola da cana-de-açúcar em regime de parceria agrícola com empresas relacionadas.

### ***PHB Industrial S.A.***

A PHB Industrial S.A. foi constituída em 1º de março de 2000, com sede em Serrana, Estado de São Paulo, tendo como objeto social e atividade preponderante a industrialização e comercialização de produtos químicos orgânicos e inorgânicos.

A investida concluiu substancialmente o desenvolvimento do Polihidroxitirato (PHB) e Polihidroxitirato-Valerato (PHB-V) em 2001, com elaboração do PDP (Project Design Package) despendendo quantias significativas com gastos industriais e de projetos.

Em paralelo à rota de produção do PHB e PHB-V voltado ao mercado de plásticos, a investida desenvolveu também durante os últimos anos, tecnologia que permite a utilização de sua rota produtiva em nutrição animal. Tal tecnologia já se encontra devidamente patenteada e testada.

A administração, com base nos resultados obtidos em testes com diferentes espécies de animais, obteve a inclusão do PHB na lista positiva de insumos do Ministério da Agricultura, assim como o registro de fábrica (SP-59890) e do registro do produto (BIOCYCLE) junto aos órgãos competentes, com possibilidade de produção comercial desse material, baseada na estrutura industrial já implementada.

A Administração da Companhia, ao mesmo tempo que continua desenvolvendo novas rotas tecnológicas dentro do projeto existente, também estuda alternativas de formação de nova Joint Venture com terceiros para explorar novas oportunidades de negócios.

### ***Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda.***

Tem como principal atividade o fracionamento do solo visando a obtenção de lotes urbanizáveis para compra, venda ou locação; a construção, incorporação, e quaisquer atividades relacionadas a projetos imobiliários em geral.

### ***Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda.***

Tem como principal atividade o fracionamento do solo visando a obtenção de lotes urbanizáveis para compra, venda ou locação; a construção, incorporação, e quaisquer atividades relacionadas a projetos imobiliários em geral.

## **1.3 Renovabio**

Instituído pela Lei nº 13.576/2017, o RENOVABIO é a Política Nacional de Biocombustíveis que tem como principal foco o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, objetivando o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transporte do país. Estes certificados (CBIOS) deverão ser adquiridos pelas distribuidoras de combustíveis para comprovar o cumprimento de metas de redução de emissão de carbono.

Estamos comercializando os certificados de descarbonização (CBIOS), através da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, registrando o valor negociado como receita operacional da Companhia, quando do reconhecimento do direito do PN66.

## **1.4 Conflito internacional entre Rússia e Ucrânia**

No exercício de 2022, mais precisamente em 24 fevereiro, tivemos o inesperado início da guerra entre Rússia e Ucrânia, que continua até o presente momento. Tal evento provocou enormes sanções e embargos econômicos à Rússia e sua aliada Belarus, feitos por outros países, tanto da

Ásia, como Europa e América. Sendo a Rússia um dos principais fornecedores de suprimentos mundial em relação a fertilizantes, a manutenção da guerra pode afetar a cadeia de suprimentos de fertilizantes da Companhia e de seus fornecedores, pois o Brasil é altamente dependente de importações desses países. Os fertilizantes correspondem a cerca de 2,4% dos custos dos produtos vendidos pela Companhia.

Outro efeito negativo desta guerra é a elevação dos preços do petróleo no mercado internacional, o que afeta diretamente no aumento dos custos com óleo diesel, que corresponde a cerca de 3,5% dos custos dos produtos vendidos da Companhia, gerando ainda impactos negativos sobre os custos logísticos.

A Companhia, por ter um elevado cultivo de cana orgânica que não utiliza fertilizantes químicos tende a ter um impacto menor nos seus custos, mas a administração vem monitorando outros potenciais reflexos econômicos sobre suas operações.

## **2 Base de preparação**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Sua emissão foi autorizada pela administração da Companhia em 29 de junho de 2023.

### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas;
- Os investimentos em coligadas e controladas avaliados por equivalência patrimonial.

### **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$ mil), que é a moeda funcional da Companhia e de suas investidas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras está de acordo com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) os quais exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.



Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações referentes ao uso de estimativas e julgamentos adotados e que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos na demonstração financeira da Companhia estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3.5 (iii)** - Vida útil do ativo imobilizado
- **Nota 21** – Passivo de arrendamento e direito de uso
- **Nota 25** – Instrumentos financeiros

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas 3.16** - Ativos contingentes;
- **Nota 10** – Ativo biológico - O ativo biológico é mensurado ao valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos;
- **Nota 15** – Ativos e passivos fiscais diferidos - disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- **Nota 24** – Provisão para contingências - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

### **3 Políticas contábeis significativas**

As políticas contábeis significativas descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

#### **3.1 Investimentos em controladas**

Os investimentos em controladas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

A administração optou por não efetuar e divulgar demonstrações financeiras consolidadas em função da imaterialidade dos saldos apresentados na consolidação. A Companhia possui o controle nas investidas, porém sua posição patrimonial e financeira não é relevante para fins de consolidação.

#### **3.2 Investimentos em coligadas e sociedades controladas em conjunto (*joint venture*)**

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do poder votante de outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

As demonstrações financeiras incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de investidas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquela da Companhia, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam. Quando a participação da companhia nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa Companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido à zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Companhia tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da companhia investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos.

Os investimentos em sociedades controladas em conjunto são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, a qual é reconhecida no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas em conjunto são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. Quando necessário, as políticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

### **3.3 Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

### **3.4 Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

**(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento**

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(ii) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge**

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item/objeto que está sendo protegido por *hedge*. O Grupo adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como:

- *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

**a. Hedge de valor justo**

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de taxas de juros fixos de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Despesas financeiras".

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

**(iii) *Compensação de instrumentos financeiros***

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(iv) *Capital social***

Ações ordinárias nominativas da Companhia são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais.

**(v) *Dividendos***

Os dividendos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro líquido, deduzidas as reservas legais e o dividendo obrigatório será reconhecido como obrigação quando deliberado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas. Vide nota 27d.

### **3.5 Imobilizado**

**(i) *Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Companhia optou por não reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2010. A administração da Companhia realizou um estudo sobre os benefícios da adoção do custo atribuído (*deemed cost*) e concluiu que esses benefícios não são superiores aos custos de adoção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas / despesas operacionais no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Os gastos com manutenção agrícola e industrial, incorridos no período de entressafra são levados ao imobilizado para serem apropriados ao custo de produção do açúcar e do etanol no decorrer da safra seguinte.

**(iii) Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos e terra nua não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Edifícios e construções	25 anos
Máquinas, instalações e equipamentos	Entre 6 e 24 anos
Veículos	9 anos
Máquinas e implementos agrícolas	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Lavouras de cana-de-açúcar	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**3.6 Ativos biológicos**

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda.

Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data de corte.

**3.7 Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

### 3.8 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

#### (i) *Ativos financeiros*

A Companhia avalia a cada data de apresentação se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

#### (ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, estoques imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2023 e 2022, a Companhia não identificou indicadores de que seus ativos estão registrados com valor acima do seu valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### **3.9 Benefícios a empregados**

#### ***Benefícios de curto prazo a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### **3.10 Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

### **3.11 Receita operacional**

#### **(i) *Venda de produtos – Açúcar e etanol***

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986.

#### **(ii) *Venda de produtos – cana-de-açúcar, energia elétrica, bagaço de cana e levedura***

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, que as obrigações de desempenho do contrato com clientes tenham sido cumpridas, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

### **3.12 Receita financeira e despesa financeira**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

### **3.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda) e 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados ao patrimônio líquido ou a outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação ao prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.



Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### **3.14 Aspectos ambientais**

As instalações de produção da Companhia e sua atividade industrial estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui o risco associado com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e nos regulamentos em vigor.

A Companhia possui certificações no sistema de gestão integrada e anualmente são realizadas auditorias pelo órgão certificador, visando a conformidade dos processos e operações. Em complemento, a Companhia recebe processos de auditorias e verificações específicas de agências governamentais e independentes, para requisitos específicos do governo e de clientes, além dos requisitos de certificações de segurança de alimentos, agricultura orgânica, comércio justo e de padrões socioambientais, que estão submetidos. Assim buscam além da conformidade com padrões da qualidade de seus produtos, melhorias voltadas a sustentabilidade do negócio e cumprimento de sua política de gestão.

### **3.15 Arrendamentos**

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Se houver mais de um componente de arrendamento no contrato, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Ao atendimento da norma, existem apenas contratos de arrendamentos de propriedades rurais, não havendo componentes a serem segregados, sendo contabilizados como um único componente.

#### **Como arrendatário**

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento de terras na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustados pelas taxas dos respectivos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente de pagamentos de arrendamentos que não foram pagos na data da transição, descontados usando uma taxa nominal para cada período, baseada nas taxas de juros livres observadas por projeções de mercado (nota 21).

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo de arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de

alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento dos contratos que incluem opção de renovação. A assertividade da avaliação se a Companhia pode exercer esta opção tem impacto direto no prazo do arrendamento, podendo afetar significativamente o valor do passivo do arrendamento e do ativo de direito de uso reconhecido. As opções de extensão e rescisão estão incluídas nos contratos de arrendamento da Companhia.

A Companhia reconhece o passivo dos pagamentos futuros trazidos a valor presente por uma taxa de juros incremental e em contrapartida reconhecer o direito de uso destes contratos como um ativo.

#### **Como arrendador**

A Companhia e suas coligadas não possuem contratos em que figurem como arrendadora, portanto não houve qualquer ajuste na contabilização dos seus ativos.

### **3.16 Ativos contingentes**

Quando for provável a entrada de benefícios econômicos, a Companhia divulga breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço e, quando praticável, uma estimativa dos seus efeitos financeiros, mensurada usando os princípios estabelecidos para as provisões.

#### ***Fixação de preços defasados***

O Poder Judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa, da qual a Companhia é cooperada, por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de Açúcar e Etanol realizadas na década de 1980. Em setembro de 2021, a Cooperativa realizou o levantamento da quarta parcela do primeiro precatório e em outubro de 2021 o levantamento da terceira parcela do segundo precatório, sendo atribuído a Companhia, até 31 de março de 2023, o montante bruto de R\$ 72.677 (até 31 de março de 2022, R\$ 63.431), transferidos para a Companhia via PN66, deduzidos sobre este valor os custos de manutenção de processo, honorários advocatícios e retenção de PIS e COFINS, no montante de R\$ 14.188 (em 31 de março de 2022, R\$ 12.394), apresentado na Nota 31, na rubrica Provisões e Despesas sobre Verba Indenizatória. Segundo informações da Cooperativa, detentora da ação, ainda se encontram pendentes recursos e ações judiciais sobre o restante do valor pretendido no processo, para os quais, na data base da elaboração das demonstrações financeiras, a melhor estimativa da Administração da Cooperativa é de ser o crédito provável.

Paralelamente, a Cooperativa, propôs medida judicial objetivando afastar as exigências de PIS e COFINS sobre a verba indenizatória em questão, por entender não caracterizar receita tributável em nome da Companhia.

Sobre a receita acima mencionada, recebida pela Companhia, por também entender que o valor repassado pela Cooperativa se trata de verba indenizatória, a administração da Companhia propôs ação judicial objetivando afastar as exigências do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL sobre este valor, garantindo esta discussão mediante depósito judicial, e constituiu provisão para contingência de igual valor demonstrados nas notas 14 e 24.

### ***PIS e COFINS - Efeitos da IN 1.911/19***

A Companhia ingressou em junho de 2010 com Ação Judicial perante a Justiça Federal, mediante Mandado de Segurança, pleiteando o direito ao aproveitamento de créditos de PIS e COFINS sobre todos os gastos incorridos na geração da receita tributável da Companhia, ou, ao menos sobre aqueles gastos direta e indiretamente incorridos para a promoção das atividades produtivas da Companhia, afastando as vedações existentes na Lei 10.637/02 (PIS não-cumulativo) e Lei 10.833/03 (COFINS não-cumulativo) e aguarda o julgamento do referido MS.

No exercício de 2019, houve mudança no entendimento da SRF, publicado através da IN 1.911/19, que em resumo considera que os insumos essenciais e relevantes ao processo produtivo dariam direito ao crédito, momento em que passamos a nos creditar destes valores.

Para o período anterior a 2019 e até 2005, abrangidos pelo nosso MS, estamos efetuando o levantamento dos valores envolvidos de acordo com o entendimento dos conceitos de essencialidade e relevância previstos da IN 1.911/19, para posterior registro, e ainda aguardamos o julgamento do MS.

### ***Ação judicial sobre exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS***

Em maio de 2021, o Supremo Tribunal federal julgou os Embargos de Declaração opostos pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no RE 574.706, e, por maioria, acolheu, em parte, os embargos de declaração para modular os efeitos do julgado a partir de 15/03/2017, fixando a seguinte tese com repercussão geral “*O ICMS não compõe a base de cálculo par fins de incidência do PIS e da COFINS*”, ficando ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que proferiu o julgamento (15/03/2017), sendo que, também, por maioria, prevaleceu o entendimento que se trata do ICMS destacado na nota fiscal.

A Companhia também discutiu judicialmente seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS, em mandado de segurança, para o qual teve o trânsito em julgado de forma favorável a seu pleito. A administração, em conjunto com assessores internos e externos, está efetuando o levantamento dos valores envolvidos, que dependem no momento de informações não disponíveis de terceiros, para posterior reconhecimento do direito adquirido. Este trabalho será finalizado em julho de 2023, momento em que serão apurados e provisionados os valores envolvidos.

Além disto, a Companhia está avaliando em conjunto com seus assessores jurídicos a possibilidade de discutir esta tese tributária mediante Ação Judicial, que envolve o ICMS contido na alíquota Ad Rem que tributa PIS e COFINS sobre venda de Etanol.

## **4 Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

### **(i) Os ativos biológicos e os respectivos produtos**

Ativos biológicos devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas de venda.

A metodologia adotada pela Companhia, para satisfazer a exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé, foi de acordo com método de fluxo de caixa futuro descontado. O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratos culturais, custos de parceria, custo de capital, impostos, entre outros. A taxa de desconto utilizada para descontar o fluxo de caixa ao valor presente é calculada com base Custo Médio Ponderado de Capital – *WACC*.

**(ii) Empréstimos e financiamentos**

Estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

**(iii) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

## **5 Novas normas, alterações e interpretações de normas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

**a. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)**

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

**b. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)**

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

**c. Outras normas**

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de Seguros (CPC 50).
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

## 6 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>31/03/2023</b>	<b>31/03/2022</b>
Caixa e bancos	583	940
Aplicações financeiras	247.533	208.926
	248.116	209.866

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras da Companhia se referem a Certificado de Depósito Bancário e a remuneração varia entre 100% e 110% do CDI (em 31 de março de 2022 a remuneração variava entre 100% e 110% do CDI).

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 25.

## 7 Contas a receber - Clientes

	<b>31/03/2023</b>	<b>31/03/2022</b>
Venda de cana (i)	13.167	12.933
Clientes diversos	6.920	8.108
	20.087	21.041
(-) Provisão para perdas esperadas	(794)	(794)
	19.293	20.247

- (i) Saldo a receber por venda de cana orgânica para a parte relacionada Usina São Francisco S.A. Vide nota 26, item “b”.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 25.

Os saldos em aberto são realizáveis e não há expectativas de perdas acima do montante já provisionado.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está representada abaixo:

	<b>31/03/2023</b>	<b>31/03/2022</b>
<b>A vencer</b>		
até 30 dias	3.841	5.640
de 31 até 90 dias	13.489	12.950
de 91 até 180 dias	763	690
acima de 180 dias	600	65
	18.693	19.345
<b>Vencidos</b>		
até 30 dias	19	786
de 31 até 90 dias	234	48
de 91 até 180 dias	155	-
acima de 180 dias	986	862
	1.394	1.696
	20.087	21.041

## 8 Contas a receber – Cooperativa

Correspondem aos valores a receber das operações com a Cooperativa, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986, que dispõe sobre o momento da apropriação da receita operacional no caso de faturamento por ato cooperativo, de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 25.

## 9 Estoques

	<b>31/03/2023</b>	<b>31/03/2022</b>
Produtos acabados entregues à Cooperativa		
- Açúcar	56	713
- Etanol	-	237
Almoxarifado de materiais auxiliares, de manutenção e outros	12.395	12.555
(-) Provisão para estoques obsoletos	(195)	(195)
	12.256	13.310

- (i) A cana-de-açúcar, matéria prima do etanol, quando do seu recebimento é atualizada pelo preço da tonelada de cana estabelecido pelo modelo definido no Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar do Estado de São Paulo – CONSECANA. A realização do valor adiantado ocorre durante safra 23/24, a qual se inicia em abril de 2023, com expectativa de término em novembro de 2023.

## 10 Ativos biológicos

Os ativos biológicos de cana-de-açúcar são mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

	<b>31/03/2023</b>	<b>31/03/2022</b>
Saldo inicial	76.671	91.298
Aumento decorrente de tratos culturais	52.305	47.440
Diminuição decorrente da amortização	(76.671)	(91.298)
Mensuração no valor justo menos despesas estimadas de venda	20.484	29.231
Ativos biológicos no final do exercício	72.789	76.671

Para o atendimento do CPC 29, a Companhia utilizou o cálculo do valor justo pelo método de fluxo de caixa futuro descontado nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé.

### **Lavouras de cana-de-açúcar**

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	<b>31/03/2023</b>	<b>31/03/2022</b>
Área estimada de colheita (hectares)	13.295	14.157
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	95,00	79,80
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	135,21	135,82
Valor médio do Kg de ATR	1,2382	1,2784
WACC (a.a.)	9,29%	8,03%

O volume de produção de cana-de-açúcar a ser cortada e a sua produtividade, medida em toneladas e nível de concentração de açúcar - ATR, foram estimados considerando a média de produtividade projetada do canavial por idade de corte.

O valor do Kg de ATR é estimado com base em dados divulgados pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (CONSECANA).

A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado da Companhia, o qual é revisado anualmente pela administração.

Os custos estimados para esse tipo de cultura contemplam: custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; custos com Colheita/Corte, Transbordo e Transporte (CCTT); custos de capital (equivalentes a parceria agrícola, arrendamento de terras, aquisição de máquinas e equipamentos); e impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz ("soqueira") continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por mais cinco ou seis safras.

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta de produção) e que serão utilizados como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita.

As plantas de produção são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades projetadas e valorizadas pela estimativa do preço da cana pelo método CONSECANA para a próxima safra.

O valor justo da cana-de-açúcar no momento da colheita passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol.

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

### **Riscos de oferta e demanda**

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. A Companhia faz a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A gestão destes riscos é administrada diretamente pela Cooperativa, inclusive quanto a analisar a tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

### **Riscos climáticos e outros**

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais, disponibilidade de recursos hídricos e outras forças naturais. Importante informar que tais riscos, podem impactar em algumas premissas utilizadas para dimensionar o valor contábil do ativo biológico.

Em relação a outros riscos que podem impactar os negócios relativos ao ativo biológico, podemos citar positivamente o Renovabio (vide nota 1.2) e as condições mercadológicas de oferta e demanda do produto.

Neste sentido, a Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares da situação da lavoura de cana-de-açúcar e o acompanhamento constante das mudanças de mercado.

### **Análise de sensibilidade do valor justo**

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2023, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar, e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 6.996 no valor justo do ativo biológico. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5% resultaria em um aumento ou redução de R\$ 4.456 no valor justo do ativo biológico.

## **11 Adiantamentos a fornecedores**

	31/03/2023	31/03/2022
Fornecedores de cana e parceria agrícola	44.730	40.181
Fornecedores diversos	941	1.859
	<u>45.671</u>	<u>42.040</u>



Os adiantamentos a fornecedores são para compra de cana-de-açúcar conforme previsões contratuais, com realização para a safra 2023/2024.

A cana de fornecedores parceiros, quando do seu recebimento, é atualizada pelo preço da tonelada de cana estabelecido pelo modelo definido no Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar do Estado de São Paulo - Consecana

## 12 Impostos a recuperar

	31/03/2023	31/03/2022
ICMS – saldo credor corrente	8.410	7.717
ICMS sobre aquisição de bens do imobilizado	3.929	3.419
PIS e COFINS	19.220	34.336
IRRF	687	527
IPI	580	575
Outros	2.967	2.607
	<u>35.793</u>	<u>49.181</u>
Circulante	<u>(25.920)</u>	<u>(22.877)</u>
Não circulante	<u>9.873</u>	<u>26.304</u>

## 13 Demais ativos

	31/03/2023	31/03/2022
Dividendos a receber (i)	33.982	34.404
Seguros a apropriar	495	309
Outros	1.593	815
	<u>36.070</u>	<u>35.528</u>
Circulante	<u>(2.058)</u>	<u>(3.737)</u>
Não circulante	<u>34.012</u>	<u>31.791</u>

- (i) Compreendido substancialmente por dividendos a receber da controlada Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda. a serem liquidados quando da disponibilidade de caixa da controlada, conforme deliberado em Ata de Assembleia de Sócios Quotistas realizada em 24 de julho de 2015.

## 14 Depósitos judiciais

	31/03/2023	31/03/2022
Verba indenizatória ação de preços (i)	87.837	58.943
Outros	6.651	6.575
	<u>94.488</u>	<u>65.518</u>

- (i) A Companhia efetuou depósitos judiciais tributários sobre verba indenizatória recebida (IAA – nota 3.16 – Ativo contingente), mediante ação judicial objetivando afastar as exigências do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. A provisão para contingência tributária pertinente ao depósito judicial está evidenciada na nota 24.

## 15 Ativos e passivos fiscais diferidos

Em 31 de março de 2023, a Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos sobre os seguintes valores base:

	Saldo em 31 de março de 2021	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2022	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2023
<b>Ativo não circulante</b>					
Prejuízos fiscais do imposto de renda	10.403	(10.403)	-	-	-
Base negativa da contribuição social	4.581	(3.744)	837	(837)	-
Provisão para contingências	-	510	510	-	510
Provisão para perdas esperadas	-	270	270	-	270
Provisão para estoques obsoletos	-	66	66	-	66
Arrendamento CPC 06	(38)	(65)	(103)	171	68
	<u>14.946</u>	<u>(13.366)</u>	<u>1.580</u>	<u>(666)</u>	<u>914</u>
<b>Passivo não circulante</b>					
Ativo biológico - CPC 29	(19.910)	9.969	(9.941)	2.974	(6.967)
Depreciação – ajuste por adoção CPC 27 (vida útil)	(13.063)	(340)	(13.403)	384	(13.019)
Valor justo investimentos	-	(7.640)	(7.640)	(8.743)	(16.383)
Depreciação acelerada incentivada	(33.777)	(1.125)	(34.902)	(2.696)	(37.598)
	<u>(66.750)</u>	<u>864</u>	<u>(65.886)</u>	<u>(8.081)</u>	<u>(73.967)</u>
	<u>(51.804)</u>	<u>(12.502)</u>	<u>(64.306)</u>	<u>(8.747)</u>	<u>(73.053)</u>

### Período estimado de realização dos créditos tributários

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceu no ativo não circulante, em contrapartida do resultado do exercício, o imposto de renda e a contribuição social correspondentes sobre os direitos por prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social.

A Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos tributários no próximo exercício. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções.

## 16 Outras divulgações sobre o fluxo de caixa

### a. Reconciliação da dívida líquida

	31/03/2023	31/03/2022
Empréstimos e financiamentos	207.321	259.086
Passivo de arrendamento	3.730	5.260
Aquisições de ações de acionistas (Nota 23)	<u>62.865</u>	<u>59.787</u>
Total da dívida	273.916	324.133
Caixa e equivalente de caixa	<u>(248.116)</u>	<u>(209.866)</u>
Total da dívida líquida	<u>25.800</u>	<u>114.267</u>

**Usina Santo Antônio S.A.**  
Demonstrações financeiras em  
31 de março de 2023 e 2022

	<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>Arrendamentos</b>	<b>Aquisições de ações</b>	<b>Total da dívida</b>	<b>Caixa e equivalentes</b>	<b>Dívida líquida</b>
Dívida líquida em 31 de março de 2021	228.641	4.434	20.441	253.516	(108.446)	145.070
Movimentação que afetam o fluxo de caixa						
Aquisições/remensurações	139.292	-	-	139.292	-	139.292
Pagamentos - Principal	(105.647)	(1.344)	(8.271)	(115.262)	-	(115.262)
Pagamentos - Juros	(19.432)	-	-	(19.432)	-	(19.432)
Outras movimentações de caixa	-	-	-	-	(101.420)	(101.420)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa						
Aquisições/remensurações	-	2.062	37.281	39.343	-	39.343
Juros provisionados	16.232	108	-	16.340	-	16.340
Atualização de aquisições de ações	-	-	10.336	10.336	-	10.336
Dívida líquida em 31 de março de 2022	259.086	5.260	59.787	324.133	(209.866)	114.267
Movimentação que afetam o fluxo de caixa						
Aquisições/remensurações	1.000	-	-	1.000	-	1.000
Pagamentos - Principal	(53.281)	(1.358)	(2.943)	(57.582)	-	(57.582)
Pagamentos - Juros	(23.123)	-	-	(23.123)	-	(23.123)
Outras movimentações de caixa	-	-	-	-	(38.250)	(38.250)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa						
Aquisições/remensurações	-	(372)	-	(372)	-	(372)
Juros provisionados	23.639	200	-	23.839	-	23.839
Atualização de aquisições de ações	-	-	6.021	6.021	-	6.021
Dívida líquida em 31 de março de 2023	207.321	3.730	62.865	273.916	(248.116)	25.800

## 17 Investimentos

Nenhuma das Companhias contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

	<b>31/03/2023</b>	<b>31/03/2022</b>
Controladas e coligadas	284.089	227.494
Adiantamento para futuro aumento de capital	813	2.563
Ágio de investimentos em controladas e coligadas (i)	8.614	8.614
Copersucar S. A.	77.300	64.252
CTC - Centro Tecnologia Canavieira S.A.	720	720
União São Paulo S.A.	268	268
Outros investimentos avaliados ao custo	51	42
	<u>371.855</u>	<u>303.953</u>

(i) Ágio das empresas Usina Uberaba S.A., Agropecuária Iracema S.A. e Agropecuária Uberaba Ltda.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas.

	Usina Uberaba S.A.	Agropecuária Iracema S.A.	Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda.	PHB Industrial S.A.	Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda	Biowax S.A.	Biowax Tecnologia S.A.	Total
Capital Social integralizado 31 de março de 2023	574.343	60.400	3.018	97.527	69	-	-	735.357
Patrimônio Líquido em 31 de março de 2023	836.571	72.678	4.634	16.771	3.415	-	-	934.068
Resultado do exercício	181.728	12.278	1.615	(18.197)	3.346	-	-	180.769
Participação %	27,5%	61,7%	61,8%	25,0%	61,8%	70,0%	50,0%	
Saldo em 31 de março de 2021	106.247	7.144	4.502	6.667	1.225	-	-	125.785
Distribuição de dividendos	(6.011)	(2.457)	(2.638)	-	(1.184)	-	-	(12.290)
Aumento de capital	-	22.304	-	825	-	-	-	23.129
Resultado de equivalência patrimonial	86.794	2.992	681	(1.138)	1.541	-	-	90.870
Saldo em 31 de março de 2022	187.030	29.983	2.545	6.354	1.582	-	-	227.494
Distribuição de dividendos	(20.998)	-	(681)	-	(1.540)	-	-	(23.219)
Aumento de capital (i)	-	7.317	-	2.388	-	0	5	9.710
Ganho por acréscimo patrimonial - Subvenção ICMS	14.050	-	-	-	-	-	-	14.050
Resultado de equivalência patrimonial	49.975	7.564	998	(4.549)	2.067	-	-	56.054
Saldo em 31 de março de 2023	230.057	44.864	2.862	4.193	2.109	0	5	284.089

- (i) Aumento de capital na investida Agropecuária Iracema S.A. com recursos enviados à título de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 4.857 e da conta de dividendos a receber no montante de R\$ 2.459. Aumento de capital na investida PHB Industrial S.A. com recursos enviados à título de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 2.388.

## 18 Imobilizado

	Edifícios e construções	Maquinismo, instalações e equipamentos	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Manutenção de máquinas e equipamentos	Terras	Outros	Obras em andamento	Lavoura de cana-de-açúcar	Total
<b>Saldo em 31 de março de 2021</b>	19.577	63.876	19.837	26.599	569	40.716	109	11.144	16.812	93.029	292.268
Adições	-	1.132	1.314	5.167	70	64.702	-	6.732	29.929	24.227	133.272
Alienações	-	-	(309)	(142)	-	-	-	-	-	-	(451)
Transferências	3.719	3.294	1.606	999	38	-	-	2.531	(12.186)	-	-
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(50.597)	-	-	-	-	(50.597)
Depreciação	(887)	(8.036)	(1.192)	(2.248)	(101)	-	-	(1.173)	-	(21.287)	(34.923)
<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>	<b>22.408</b>	<b>60.267</b>	<b>21.256</b>	<b>30.374</b>	<b>576</b>	<b>54.821</b>	<b>109</b>	<b>19.235</b>	<b>34.555</b>	<b>95.969</b>	<b>339.569</b>
Custo Total	41.421	183.305	51.130	53.606	2.706	443.441	109	34.010	34.555	255.284	1.099.567
Depreciação acumulada	(19.013)	(123.038)	(29.875)	(23.232)	(2.131)	(388.620)	-	(14.775)	-	(159.315)	(759.998)
Valor residual	22.408	60.267	21.256	30.374	576	54.821	109	19.235	34.555	95.969	339.569
<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>	<b>22.408</b>	<b>60.267</b>	<b>21.256</b>	<b>30.374</b>	<b>576</b>	<b>54.821</b>	<b>109</b>	<b>19.235</b>	<b>34.555</b>	<b>95.969</b>	<b>339.569</b>
Adições	19	2.743	527	1.118	141	73.975	-	6.655	22.916	33.237	141.332
Alienações	-	-	(4)	-	(7)	-	-	-	-	-	(11)
Transferências	6.822	29.841	2.089	1	(12)	-	-	15	(38.756)	-	-
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(64.658)	-	-	-	-	(64.658)
Depreciação	(932)	(7.543)	(3.447)	(4.374)	(145)	-	-	(1.649)	-	(23.735)	(41.824)
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>28.316</b>	<b>85.309</b>	<b>20.421</b>	<b>27.120</b>	<b>553</b>	<b>64.139</b>	<b>109</b>	<b>24.256</b>	<b>18.715</b>	<b>105.471</b>	<b>374.408</b>
Custo Total	48.262	215.889	53.742	54.725	2.829	517.416	109	40.680	18.715	288.521	1.240.889
Depreciação acumulada	(19.945)	(130.581)	(33.321)	(27.605)	(2.276)	(453.278)	-	(16.424)	-	(183.049)	(866.480)
Valor residual	28.316	85.309	20.421	27.120	553	64.139	109	24.256	18.715	105.471	374.408

### **Obras em andamento**

Refere-se substancialmente a investimentos de melhoria em geral no parque industrial como o i) projeto de sistema hídrico industrial; ii) projeto de adequação à acessibilidade; iii) automação do cozedor, iv) construção de tanque de etanol e, na atividade agrícola/automotiva, i) construção de armazém para fertilizantes e sementes, ii) aquisição de colhedoras de cana-de-açúcar, iii) caminhões, trator retroescavadeira, iv) tanques de água, entre outros.

### **Valor recuperável do ativo imobilizado**

Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2023 e 2022 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

### **Garantia**

Em 31 de março de 2023, bens do ativo imobilizado com valor contábil de R\$ 14.939 (R\$ 17.524 em 31 de março de 2022) estão sujeitos a uma fiança registrada para garantir financiamentos bancários (Finame).

### **Depreciação**

A projeção das vidas úteis dos bens constantes do ativo imobilizado da Companhia foi estimada por empresa especializada, contratada para este fim, com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para a realização deste trabalho consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam. Para o exercício encerrado em 31 de março de 2023, a avaliação da vida útil foi revisada internamente pela administração, com base no laudo dos especialistas, considerando o planejamento e peculiaridades dos negócios da Companhia. A vida útil estimada dos bens registrados no ativo imobilizado não teve mudanças significativas e está evidenciada na nota 3.5 (iii).

## **19 Fornecedores**

	<b>31/03/2023</b>	<b>31/03/2022</b>
Fornecedores de cana-de-açúcar	23.809	17.739
Fornecedores diversos	<u>13.459</u>	<u>10.677</u>
	<u><u>37.268</u></u>	<u><u>28.416</u></u>

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota 25.

## **20 Empréstimos, financiamentos e debêntures**

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a risco de taxas de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota 25.

	<b>31/03/2023</b>	<b>31/03/2022</b>
<b>Passivo circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos (a)	<u>29.327</u>	<u>61.602</u>
	<u>29.327</u>	<u>61.602</u>
<b>Passivo não circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos (a)	147.694	167.131
Financiamentos Cooperativa (b)	<u>30.300</u>	<u>30.353</u>
	<u>177.994</u>	<u>197.484</u>
	<u>207.321</u>	<u>259.086</u>

### a. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Modalidade	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	31/03/2023	31/03/2022
Notas de crédito exportação (NCE)	RS	01/2027	Juros de 1,68% a 3,80% a.a mais CDI	66.319	74.891
Cédula de crédito bancário (CCB)	RS	01/2027	Juros de 1,28% a 6,25% a.a mais CDI	3.012	9.030
Cédula de crédito bancário (CCB)	RS	01/2027	Juros pré-fixados de 6,25% a.a	1.059	-
Cédula de crédito exportação (CCE)	RS	12/2023	Juros de 1,33% a 1,70% a.a mais CDI	4.896	21.471
Finame	RS	07/2026	Juros pré-fixados entre 3% a 4% a.a	3.514	4.706
Finame	RS	12/2029	Juros de 3% a.a mais Selic	7.701	6.781
Finame	RS	11/2028	Juros de 4,61% a.a mais TLP	1.524	1.765
Custeio	RS	04/2025	Juros pré-fixados de 6% a.a	2.789	3.719
Cédula de Produtor Rural (CPR)	RS	01/2027	Juros de 1,15% a 2,33% a.a. mais CDI	6.855	29.985
Debêntures (i)	RS	08/2028	Juros de 1,5% a.a. mais CDI	<u>79.352</u>	<u>76.384</u>
				177.021	228.733
Circulante				<u>(29.327)</u>	<u>(61.602)</u>
Não circulante				<u>147.694</u>	<u>167.131</u>

- (i) Em 20 de agosto de 2021, foi celebrado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, pela Companhia. A emissão foi realizada no montante total de R\$ 70.000 (setenta milhões de reais) remunerada a IPCA + 5,55% a.a. A emissão foi realizada nos termos da Lei nº 6.404 e Instrução CVM 476, dispensando o registro de oferta pela CVM e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA"). As debêntures terão prazo de liquidação de 7 anos, contados da data de emissão que para todos os fins legais é 15 de agosto de 2021, portanto, vencimento em 15 de agosto de 2028, sendo as parcelas amortizadas anualmente, com o primeiro vencimento em 15 de agosto de 2025. Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, com o primeiro vencimento em 15 de fevereiro de 2022. A operação está indexada a DI+ 1,50% a.a. via contrato de Swap (hedge accounting).

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	<b>31/03/2023</b>	<b>31/03/2022</b>
Safra 23/24	-	-
Safra 24/25	25.554	24.321
Safra 25/26	42.765	25.221
Safra 26/27	36.692	40.221
Safra 27/28 a 30/31	<u>42.683</u>	<u>77.368</u>
	<u>147.694</u>	<u>167.131</u>

A Companhia possui algumas obrigações contratuais em vigor (“*covenants*”) decorrentes dos financiamentos como limites de endividamento, geração de caixa, performance financeira e outros.

### **Garantias**

Para os empréstimos tomados pela Companhia são concedidos como garantias aval de Companhias coligadas e controladas e os bens adquiridos com os recursos. Veja nota 18.

#### **b. Financiamentos – Cooperativa**

Correspondem a recursos repassados pela Cooperativa, com a seguinte composição:

	<b>31/03/2023</b>	<b>31/03/2022</b>
Repasse de recursos (Selic)	17.006	16.909
Adiantamentos - Cooperativa - Sem correção	13.294	13.444
	<b>30.300</b>	<b>30.353</b>

## **21 Passivos de arrendamento e direito de uso**

Os resultados apurados relativos ao direito de uso e passivo de arrendamento, os prazos contratuais e taxas incrementais de desconto utilizadas, estão adiante descritos:

### **Ativo de direito de uso**

A movimentação de saldos do ativo de direito de uso é evidenciada abaixo:

	<b>31/03/2023</b>	<b>31/03/2022</b>
Saldos iniciais	5.561	4.544
Ajuste por remensuração	(372)	2.062
Despesa de depreciação	(1.661)	(1.045)
Saldos finais	<b>3.528</b>	<b>5.561</b>

### **Passivos de arrendamento**

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	<b>31/03/2023</b>	<b>31/03/2022</b>
Saldos iniciais	5.260	4.434
Ajuste por remensuração	(372)	2.062
Pagamentos	(1.358)	(1.344)
Juros provisionados	200	108
Saldos finais	3.730	5.260
Circulante	(1.712)	(1.712)
Não circulante	<b>2.018</b>	<b>3.548</b>



### **Divulgações adicionais**

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos.

### **Contratos por prazo e taxas de desconto**

<b>Prazos</b>	<b>Taxa % a.a.</b>
02 anos	5,14%
03 anos	5,37%
04 anos	5,56%
05 anos	5,79%

A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

### **Maturidade dos contratos**

<b>Ano Safra</b>	<b>31/03/2023</b>	<b>31/03/2022</b>
	-	
Safra 2021/2022		1.712
Safra 2022/2023	1.712	1.712
Safra 2023/2024	577	577
Safra 2024/2025	577	577
Safra 2025/2026 em diante	1.153	1.153
Valores não descontados	4.019	5.731
Ajuste a valor presente	(289)	(471)
Saldos finais	3.730	5.260

## **22 Impostos e contribuições a recolher**

	<b>31/03/2023</b>	<b>31/03/2022</b>
INSS a recolher	2.540	2.795
Outros impostos a recolher	1.626	1.813
	4.166	4.608
Circulante	(3.929)	(4.371)
Não circulante	237	237

## 23 Demais passivos

	31/03/2023	31/03/2022
Dividendos a pagar	993	1.005
Adiantamento de clientes	24	17
Aquisição de ações de acionistas (i)	62.865	59.787
Outros	<u>1.570</u>	<u>1.613</u>
	65.452	62.422
Circulante	<u>(9.338)</u>	<u>(8.402)</u>
Não circulante	<u><u>56.114</u></u>	<u><u>54.020</u></u>

- (i) Aquisição de ações de acionistas: Por se tratar de instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos, as ações em tesouraria são reconhecidas ao custo de aquisição e reconhecidos em conta redutora do Patrimônio Líquido.

Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

Em conexão com a “Política de Aquisição de Ações de Acionistas da Usina Santo Antônio S/A e Usina São Francisco S/A – Grupo Econômico Balbo”, aprovada por acionistas em 01 de fevereiro de 2019, a Companhia adquiriu no exercício findo em 31 de março de 2022, ações de alguns acionistas (ações em tesouraria) no montante de R\$ 37.281, cujo saldo a pagar será liquidado até 2031. Novas transações poderão ocorrer no futuro à medida que haja interesse dos acionistas em vender suas ações para a Companhia nos termos definido na política de compra.

## 24 Provisão para contingências

	31/03/2023	31/03/2022
Trabalhistas	1.009	1.009
Tributárias (i)	87.838	58.943
Cíveis	4	4
Ambientais	<u>487</u>	<u>487</u>
	<u><u>89.338</u></u>	<u><u>60.443</u></u>

- (i) Refere-se a provisão para contingências de natureza tributária relacionada aos depósitos judiciais sobre verba indenizatória recebida (IAA - nota 3.16 – Ativo contingente) - nota 14.

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Ambientais	Total
Em 31 de março de 2021	1.009	39.532	4	487	41.032
Constituição de provisão	<u>-</u>	<u>19.411</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.411</u>
Em 31 de março de 2022	1.009	58.943	4	487	60.443
Constituição de provisão	<u>-</u>	<u>28.895</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.895</u>
Em 31 de março de 2023	<u><u>1.009</u></u>	<u><u>87.838</u></u>	<u><u>4</u></u>	<u><u>487</u></u>	<u><u>89.338</u></u>

### Passivos contingentes

Existem contingências passivas tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Seguem os valores das contingências que foram consideradas pelos assessores jurídicos como possível o risco de perda:

	Trabalhistas	Tributárias / Previdenciárias	Cíveis	Ambientais	Totais
Saldo em 31 de março de 2022	3.080	49.652	4	3.979	56.715
Saldo em 31 de março de 2023	3.880	43.318	-	1.450	48.648

## 25 Instrumentos financeiros

### Gerenciamento de risco financeiro

#### *Visão geral*

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de risco e gerenciamento do capital da Companhia.

#### *Estrutura de gerenciamento de risco*

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de treinamento, procedimentos de gestão e procedimentos busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

#### *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo. A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio açúcar e etanol convencional é centrada no relacionamento formalizado com suas controladas e com a Cooperativa.

De forma geral, os direcionamentos dos negócios são tratados em reuniões da alta direção para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

### **Exposição a riscos de crédito**

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

<b>Ativos</b>	<b>Nota</b>	<b>31/03/2023</b>	<b>31/03/2022</b>
Caixa e equivalentes de caixa	6	248.116	209.866
Contas a receber - Clientes	7	19.293	20.247
Contas a receber - Cooperativa	8	89.193	77.504
Demais ativos	13	36.070	35.528
Depósitos judiciais	14	94.488	65.518
		487.160	408.663

Os saldos apresentados acima não apresentam uma concentração significativa, que possam deixar o risco de crédito significativo.

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa, demonstrados na nota 7, são mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir que sempre haja a liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	<b>31/03/2023</b>			
	<b>Até 12 meses</b>	<b>1 - 2 anos</b>	<b>2 - 5 anos</b>	<b>Mais que 5 anos</b>
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	248.116	-	-	-
Contas a receber - Clientes	19.293	-	-	-
Contas a receber - Cooperativa	57.682	31.511	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.931	-	-	-
Demais ativos	2.058	34.012	-	-
Depósitos judiciais	-	-	-	94.488
	332.080	65.523	-	94.488
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	37.268	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	41.371	91.918	108.785	-
Financiamentos - Cooperativa	-	30.300	-	-
Passivos de arrendamento	1.712	577	1.441	-
Instrumentos financeiros derivativos	161	-	-	-
Demais passivos	9.314	20.554	21.144	14.416
	89.826	143.349	131.370	14.416

**Usina Santo Antônio S.A.**  
**Demonstrações financeiras em**  
**31 de março de 2023 e 2022**

	<b>31/03/2022</b>			
	<b>Até 12 meses</b>	<b>1 - 2 anos</b>	<b>2 - 5 anos</b>	<b>Mais que 5 anos</b>
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	209.866	-	-	-
Contas a receber - Clientes	20.182	65	-	-
Contas a receber - Cooperativa	52.588	24.916	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	793	-	-	-
Demais ativos	3.737	31.791	-	-
Depósitos judiciais	-	-	-	65.518
	<b>287.165</b>	<b>56.772</b>	<b>-</b>	<b>65.518</b>
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	28.416	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	76.739	80.212	134.487	-
Financiamentos - Cooperativa	-	30.353	-	-
Passivos de arrendamento	1.712	1.712	1.836	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.533	-	-	-
Demais passivos	8.386	15.533	23.299	15.188
	<b>116.785</b>	<b>127.811</b>	<b>159.622</b>	<b>15.188</b>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Os saldos passivos de curto prazo serão liquidados com os saldos ativos de curto prazo e pela geração de caixa da Companhia durante o exercício.

***Classificação dos instrumentos financeiros***

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas na demonstração financeira da Companhia, conforme quadros abaixo:

	<b>31/03/2023</b>	
	<b>Custo amortizado</b>	<b>Valor justo por meio do resultado</b>
<b>Ativos</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	248.116	-
Contas a receber - Clientes	19.293	-
Contas a receber - Cooperativa	89.193	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.931
Demais ativos	36.070	-
Depósitos judiciais	94.488	-
	<b>487.160</b>	<b>4.931</b>
<b>Passivos</b>		
Fornecedores	37.268	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	177.021	-
Financiamentos - Cooperativa	30.300	-
Passivos de arrendamento	3.731	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	161
Demais passivos	65.428	-
	<b>313.748</b>	<b>161</b>

	31/03/2022	
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
<b>Ativos</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	209.866	-
Contas a receber - Clientes	20.247	-
Contas a receber - Cooperativa	77.504	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	793
Demais ativos	35.528	-
Depósitos judiciais	65.518	-
	408.663	793
<b>Passivos</b>		
Fornecedores	28.416	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	228.733	-
Financiamentos - Cooperativa	30.353	-
Passivos de arrendamento	5.260	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.533
Demais passivos	62.406	-
	355.168	1.533

### ***Risco de mercado***

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

*a. Risco de volatilidade no preço de seus produtos*

A Companhia está exposta ao risco de mudanças nos preços de seus produtos fabricados, como açúcar e etanol. Em relação a commodities de açúcar, objetivando a proteção do preço em condições favoráveis de mercado, a Companhia já pré-fixou o equivalente 72% da estimativa de produção da safra 23/24. Em relação à Safra 24/25, a Companhia não realizou fixações e, mantém o constante monitoramento das variações de preços que estão ocorrendo no mercado interno e externo para eventual proteção do valor de seu produto. Em relação ao etanol, vem acompanhando os preços no mercado interno e projeta sua recuperação ao longo da safra 23/24.

*b. Risco de taxa de juros e análise de sensibilidade*

A Companhia está exposta a risco de taxa de juros pós-fixadas, tanto para suas aplicações financeiras como para suas operações de empréstimos e financiamentos.

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representa a exposição máxima do risco de taxa de juros. A exposição máxima dos riscos de taxa de juros, na modalidade CDI, na data das demonstrações financeiras são:

	Nota	31/03/2023	31/03/2022
<b>Ativo</b>			
Aplicações financeiras	6	247.533	208.926
<b>Passivo</b>			
Empréstimos e financiamentos	20	160.434	211.762

O cenário provável adotado pela administração reflete as projeções de mercado do CDI para o próximo exercício, ou seja, 12,90% a.a. A fonte de informação utilizada foi a BM&F Bovespa.

Para os cenários I e II das aplicações financeiras foram consideradas uma redução de 25% e 50% respectivamente sobre as taxas utilizadas para o cenário provável. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado, considerados para os cenários provável, I e II:

Instrumentos financeiros ativos	Risco	Exposição	Provável	I	II
Aplicações financeiras	variação CDI	247.533	31.932	23.949	15.966

Para os cenários I e II dos empréstimos e financiamentos foram considerados um aumento de 25% e 50% respectivamente sobre as taxas utilizadas para o cenário provável. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado, considerados para os cenários provável, I e II:

Instrumentos financeiros passivos	Risco	Exposição	Provável	I	II
Empréstimos e financiamentos	variação CDI	160.434	20.696	25.870	31.044

Em 31 de março de 2023 o valor de referência (*notional*) dos contratos de swap de taxa de juros e hedge accounting correspondiam a R\$ 82.084 (R\$ 92.078 em 31 de março de 2022).

Os instrumentos financeiros derivativos (swaps) contratados têm o objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira contra variações cambiais e taxa Libor convertendo esta exposição para R\$ e CDI flutuante e, troca da exposição de taxa pré-fixada para taxa CDI flutuante mais spread. Além desta proteção, essa estrutura permite uma otimização do custo de captação.

Em 31 de março de 2023, os valores de referência dos instrumentos derivativos de *swaps* e *hedge accounting* correspondiam a um direito de R\$ 4.931 e uma obrigação de R\$ 161 (em 31 de março de 2022 correspondiam a um direito de R\$ 793 e uma obrigação de R\$ 1.533). Logo, o valor de referência líquido dos contratos de empréstimos que possuem instrumentos de *swaps* e *hedge accounting* vinculados correspondia, em 31 de março de 2023, ao valor de R\$ 77.314 (em 31 de março de 2022 correspondia a R\$ 92.818).

	31/03/2023		31/03/2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Contratos <i>SWAP</i> (i)	4.931	-	793	-
<i>SWAP - Hedge Accounting</i> (ii)	-	161	-	1.533
	4.931	161	793	1.533

(i) Considera o total dos *SWAPs* - dólar para reais e taxa pré para pós.

- (ii) A Companhia optou pela utilização da contabilidade de *hedge (hedge accounting)* de valor justo para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros derivativos. O objeto do *hedge* eleito para designação é uma captação realizada através da emissão de uma debênture ao custo indexado ao IPCA, onde, a Companhia optou pela contratação de um SWAP, substituindo o IPCA pelo CDI. Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos e retrospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações das taxas de juros, ou seja, variação entre o IPCA e CDI.

O resultado apurado com os instrumentos financeiros derivativos e contratos de *swaps*, durante o exercício foi uma receita de R\$ 844 (em 31 de março de 2022 correspondia a uma despesa de R\$ 7.250) – nota 32.

### **Perfil**

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	<b>Valor contábil</b>	
	<b>31/03/2023</b>	<b>31/03/2022</b>
<b>Instrumentos de taxa fixa</b>		
Passivos financeiros	7.362	8.425
<b>Instrumentos de taxa variável</b>		
Ativos financeiros	247.533	208.926
Passivos financeiros	186.665	237.217

### **Gerenciamento do capital**

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Diretoria monitora os retornos sobre capital com base no índice de alavancagem financeira, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo capital total.

A diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas considerando a posição do endividamento líquido da empresa.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2023 e 2022 podem ser assim sumarizados:

	<b>31/03/2023</b>	<b>31/03/2022</b>
(+) Empréstimos e financiamentos	207.321	259.086
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(248.116)	(209.866)
(+/-) Instrumentos financeiros derivativos	(4.770)	740
	(45.565)	49.960
(=) Dívida líquida (A)		
Total do patrimônio líquido (B)	909.318	733.880
Total do capital (A + B)	863.753	783.840
Índice de alavancagem financeira - % (A) / (A+B)	(5)	6



### **Classificações contábeis e valores justos**

#### *Valor justo versus valor contábil*

Para todas as operações apresentadas como ativos e passivos financeiros, a administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, não gerando grandes oscilações entre eles.

#### *Hierarquia de valor justo*

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo utilizam um método de avaliação classificado em três níveis.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo em suas demonstrações financeiras. As operações consistem em *swaps* de taxa de juros e variação cambial classificadas como nível 2 na hierarquia de valor justo. Veja nota 4 (iii). E mantém o ativo biológico classificado como nível 3 na hierarquia de valor justo. Veja nota 4 (i).

#### *Impairment de ativos financeiros*

Todos os ativos financeiros da Companhia não apresentam indicadores de perda do valor recuperável.

#### *Garantias*

Para os empréstimos tomados pela Companhia são concedidos como garantias aval de Companhias coligadas e controladas e os bens adquiridos com os recursos.

## **26 Partes relacionadas**

### **a. Remuneração do pessoal-chave da administração**

O pessoal-chave da administração da Companhia é composto pela Diretoria eleita por ocasião da Assembleia Geral Ordinária com mandato de três anos. O montante referente à remuneração do pessoal-chave da administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 8.181 (R\$ 7.493 em 31 de março de 2022). A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

### **b. Outras operações com partes relacionadas**

As operações com partes relacionadas compreendem transações financeiras, adiantamentos para futuro aumento de capital, compra de ações entre as companhias relacionadas e compra e venda de produtos, como cana-de-açúcar e outros, realizadas em condições específicas definidas em contrato entre as partes.

**Usina Santo Antônio S.A.**  
Demonstrações financeiras em  
31 de março de 2023 e 2022

	<b>31/03/2023</b>	<b>31/03/2022</b>
<b>Ativo circulante</b>		
Contas a receber		
Usina São Francisco S.A.	14.887	14.350
Agropecuária Iracema Ltda.	10	9
Usina Uberaba S.A.	592	390
Adiantamento a fornecedores de cana		
Agropecuária Iracema Ltda.	-	5.255
Dividendos a receber		
Agropecuária Iracema Ltda.	-	2.457
Usina Uberaba S.A.	250	434
	15.739	22.895
<b>Ativo não circulante</b>		
Dividendos a receber		
Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda.	11.184	10.503
Vicenza Empreend. Imobiliários Ltda.	22.550	21.010
Adiantamento para futuro aumento de capital		
PHB Industrial S.A.	813	2.563
	34.547	34.076
	<b>31/03/2023</b>	<b>31/03/2022</b>
<b>Passivo circulante</b>		
Dividendos a pagar		
Dividendos a pagar	993	1.005
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Acionistas	707	707
Aquisição de ações em tesouraria		
Acionistas	6.753	5.767
Demais contas a pagar		
Usina São Francisco S.A.	3	47
Usina Uberaba S.A.	1	-
	8.457	7.526
<b>Passivo não circulante</b>		
Aquisição de ações em tesouraria		
Acionistas	56.112	54.020
	<b>31/03/2023</b>	<b>31/03/2022</b>
<b>Venda de cana-de-açúcar e outras</b>		
Usina São Francisco S.A.	69.172	103.709
Usina Uberaba S.A.	9.280	4.879
Agropecuária Iracema Ltda.	104	41
	78.556	108.629
<b>Compra de energia, cana-de-açúcar e outras</b>		
Usina São Francisco S.A.	7.937	12.640
Agropecuária Iracema Ltda.	4.262	3.290
Usina Uberaba S.A.	1	-
Cana-de-açúcar partes relacionadas	14.975	10.398
	27.175	26.328

**c. Contrato de fornecimento**

- (i) A Companhia possui contrato de exclusividade de fornecimento de açúcar e etanol junto a Cooperativa, pelo prazo de três anos safras, sendo o contrato renovado a cada safra.
- (ii) A Companhia também é interveniente garantidora das operações de venda de açúcar e etanol correspondentes ao contrato firmado pela Cooperativa junto a Copersucar S.A., o qual tem caráter de exclusividade, assegurando diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas. Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores CEPEA/ESALQ para os mercados interno e externo.
- (iii) A Companhia possui ainda contrato de exclusividade de fornecimento de cana-de-açúcar orgânica, junto a Usina São Francisco S.A., com prazo até a safra 2025/2026.

Vide demais operações com a parte relacionada Cooperativa nas notas 30, 31 e 32.

**d. Avais, fianças e garantias**

A Companhia é avalista dos contratos de empréstimos da Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A.

## **27 Patrimônio líquido**

**a. Capital social**

Em 31 de março de 2023 e 2022, o capital social está representado por 2.069.527 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 29 de julho de 2022 foi proposto e aprovado a integralização e o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 124.811, decorrente de deliberação assemblear.

Em 30 de julho de 2021 foi proposto e aprovado a integralização e o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 115.041, decorrente de deliberação assemblear.

**b. Ações em tesouraria**

Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2023 não houve aquisição de ações de acionistas, de acordo com a “Política de Aquisição de Ações de Acionistas da Usina Santo Antônio S/A. e Usina São Francisco S/A – Grupo Econômico Balbo”. Até 31 de março de 2022 haviam sido adquiridas 200.837 ações da Companhia. (nota 23)

**c. Reservas**

**(i) Reserva legal**

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

**(ii) Reserva de lucros para aquisição de ações**

Constituída com o objetivo de formação de valor para utilização em eventual compra de ações de acionistas da sociedade, em conexão com a “Política de Aquisição de Ações de Acionistas da Usina Santo Antônio S/A. e Usina São Francisco S/A – Grupo Econômico Balbo”, aprovada por acionistas em 01 de fevereiro de 2019. Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2023 foi feita a reserva de lucros para aquisição de ações no montante de R\$ 54.290 (2022 - R\$ 34.317). (nota 23)

**(iii) Reserva reflexa de investida**

Subvenções Governamentais relativas ao ICMS incidente sobre as vendas da investida Usina Uberaba S.A.

**d. Dividendos e distribuição dos lucros acumulados**

Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório de 0,5% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Em assembleia dos acionistas realizada em 29 de julho de 2022 foi deliberada distribuição de dividendos no montante de R\$ 10.795 e na assembleia em 30 de julho de 2021, R\$ 7.398.

A distribuição proposta pela administração para os lucros acumulados está determinada como segue:

	31/03/2023	31/03/2022
Base de cálculo - representada pelo lucro líquido do exercício	173.048	200.948
(-) Reserva legal – 5%	(8.652)	(10.047)
(-) Dividendos obrigatórios – 0,5%	<u>(865)</u>	<u>(1.005)</u>
Lucros à disposição da Assembleia Geral	<u>163.531</u>	<u>189.896</u>

O resultado do exercício em 31 de março de 2023, após destinações legais, apresentado na rubrica “Lucro a deliberar”, serão deliberados por ocasião da Assembleia Geral Ordinária aos acionistas a ser realizada no prazo previsto na legislação.

## 28 Receita operacional

As receitas operacionais da Companhia são compostas pela venda de açúcar, etanol, derivados de levedura para o mercado interno e externo e cana-de-açúcar.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	31/03/2023	31/03/2022
Açúcar	402.212	311.788
Etanol	335.044	423.735
CBIOS	9.673	4.386
Derivados de levedura	13.681	18.218
Receita de cana-de-açúcar	44.283	58.188
Serviços prestados	11.652	6.292
Energia elétrica	25.629	19.944
Óleo diesel	26.027	18.485
Outras vendas	3.271	3.662
	<hr/>	<hr/>
Receita bruta	871.472	864.698
(-) Impostos sobre vendas	(45.739)	(49.125)
(-) Devoluções e abatimentos	-	(1.259)
	<hr/>	<hr/>
	<u>825.733</u>	<u>814.314</u>

## 29 Custos de produção

O custo de produção da Companhia é composto substancialmente por matéria prima (cana-de-açúcar), depreciação de máquinas e equipamentos, depreciação da lavoura, amortização de tratos culturais e de manutenção entressafra, mão de obra, combustíveis e lubrificantes, serviços de terceiros e materiais de manutenção, as quais, em conjunto, perfazem aproximadamente 97% do total do custo de produção dos produtos acabados da Companhia.

## 30 Despesas operacionais por natureza

	31/03/2023	31/03/2022
<b>Despesas operacionais por natureza</b>		
Despesa com pessoal	(26.309)	(20.572)
Depreciação e amortização	(672)	(445)
Despesa com comercialização exceto fretes, transbordos e armazenagens	(4.584)	91.636
Fretes, transportes e armazenagem - Cooperativa	(15.413)	(10.989)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(5.650)	(6.966)
Demandas trabalhistas, cíveis e tributárias	(1.543)	(1.745)
Outras despesas	(6.982)	(5.970)
	<hr/>	<hr/>
	<u>(61.153)</u>	<u>(48.323)</u>
<b>Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função</b>		
Vendas	(21.792)	(13.790)
Administrativas e gerais	(39.361)	(34.533)
	<hr/>	<hr/>
	<u>(61.153)</u>	<u>(48.323)</u>

## 31 Outras receitas operacionais, líquidas

	31/03/2023	31/03/2022
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Outras receitas operacionais - Cooperativa	1.783	424
Reembolso de sinistros	580	330
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	603	661
Receita verba indenizatória (nota 3.16)	72.677	63.431
Dividendos (i)	141	11.268
Ganho por variação patrimonial em investida	25.716	44.612
Outras receitas operacionais	323	3.179
	101.823	123.905
<b>Outras despesas operacionais</b>		
Outras despesas operacionais - Cooperativa	(4.462)	(5.052)
Custo na alienação de imobilizado	(11)	(451)
Provisões e despesas sobre verba indenizatória (nota 3.16)	(14.188)	(12.394)
Outras despesas operacionais	(1.561)	(1.135)
	(20.222)	(19.032)
	81.601	104.873

- (i) Em 31 de março de 2022 se refere substancialmente à dividendos da investida Copersucar S.A no montante de R\$ 11.158, sendo que R\$ 2.356 em recebimento financeiro e R\$ 8.802 utilizado para aumento de capital social. Houve recebimento financeiro de dividendos no montante de R\$ 88 da investida CTC - Centro Tecnologia Canavieira S.A. e R\$ 15 da investida União São Paulo.

## 32 Despesas financeiras e cambiais, líquidas

	31/03/2023	31/03/2022
<b>Receitas financeiras</b>		
Operações Cooperativa – PN 66	1.143	92
Juros aplicações financeiras	22.911	8.840
Juros demais operações e descontos financeiros	6.231	2.194
Resultado positivo instrumentos derivativos	844	-
	31.129	11.126
<b>Despesas financeiras</b>		
Operações Cooperativa – PN 66	(1.864)	(902)
Juros apropriados sobre financiamentos	(23.536)	(19.823)
Juros passivos de arrendamento	(201)	(108)
Atualização de aquisição de ações	(6.021)	(10.336)
Juros demais operações	(1.633)	(5.861)
Resultado negativo instrumentos derivativos	-	(7.250)
	(33.255)	(44.280)
<b>Variação cambial</b>		
Variação cambial, líquida	(462)	3.530
	(2.588)	(29.624)

### **33 Compromissos**

A Companhia estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Abaixo estão aqueles que merecem destaque:

#### **Compromisso de venda**

Na data das demonstrações financeiras a Companhia tem o compromisso de comercialização para safras futuras, de açúcar, etanol e energia elétrica.

#### **Compras de insumos**

A Companhia constantemente celebra contratos de compra para aquisição de insumos agrícolas com o objetivo de garantir a entrega destes para utilização na manutenção de sua lavoura ao longo da safra. Referida operação geralmente é realizada por meio de compra para entrega futura.

#### **Compras de cana-de-açúcar**

A Companhia possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada para cada período de colheita ao término de tal período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA.

### **34 Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de março de 2023 a cobertura de seguros contra riscos é apresentada conforme abaixo:

<b>Riscos cobertos</b>	<b>Cobertura máxima (i)</b>
Equipamentos	250.000
Estoques de etanol em poder da Cooperativa	240.795
Estoques de açúcar em poder da Cooperativa	220.476
D & O	35.000
Responsabilidade Civil Geral	5.000

- (i) Correspondente ao valor máximo das coberturas para diversos bens e localidades seguradas. A cobertura máxima é compartilhada entre a Companhia, a Usina São Francisco S.A. e a Usina Uberaba S.A.